

A Frente de Moralização esbarra na apatia

25 MAI 1989

JORNAL DA TARDE

A descrença da deputada Beth Azize (sem partido-AM) no engajamento de todos os líderes partidários à sua proposta de moralização do Congresso Nacional, vai ter como consequência a criação de uma frente parlamentar informal de moralização do Poder Legislativo que, a partir de segunda-feira, passará a agir junto às Mesas diretoras do Senado e da Câmara. Essa ação informal se fará na aceleração de colocação de projetos na ordem do dia, na revisão de salários parlamentares, num melhor aproveitamento dos quadros funcionais e na defesa da instituição, de uma forma geral, segundo a deputada.

Embora tenha recebido até manifestações entusiasmadas de alguns líderes à sua proposta, Beth Azize não tem certeza de que os líderes se entusiasmarão, por exemplo, com os dois projetos apresentados, por ela e pelo deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP), respectivamente às Mesas do Congresso Nacional e da Câmara, prevendo a não aplicação dos 30% (concedidos pelo governo ao funcionalismo público, através da Medida Provisória nº 56) sobre os subsídios e representação de deputados e senadores. Beth Azize disse que a apresentação de dois projetos sobre o mesmo assunto representa a tentativa de ver pelo menos um dos dois levado ao plenário.

A campanha de Beth pela criação da frente de moralização do Congresso se deve ao completo descrédito sofrido pelos políticos brasileiros — e não só federais, mas principalmente os estaduais (que elaboram as constituições dos Estados) e os municipais. A questão salarial, nesse caso, segundo

ela, é altamente relevante. E ela cita exemplos: se os subsídios e representação de um deputado, como ela, representavam, depois de descontos, um líquido de NCz\$ 2.209,21 (mês de abril, antes dos dois aumentos auferidos pelos deputados) e vão passar para NCz\$ 10.123,65 brutos, na Câmara Municipal de Manaus os vereadores já ganham em torno de NCz\$ 12 mil e os deputados estaduais constituintes (devido a essa função) ganham NCz\$ 25 mil.

Mas a questão da moralização não é só esta, argumenta Beth, embora sejam os altos salários o motivo principal do escárnio da opinião pública com relação aos parlamentares. "Não se faz mais nada no Congresso", lamenta Beth. "Não existe uma pauta organizada, não há preocupação com a regulamentação das leis complementares e ordinárias à Constituição, só os líderes decidem e, assim mesmo, em cima da perna e sob pressão."

A reclamação maior de Beth, porém, é a falta de estrutura da Câmara para auxiliar os seus parlamentares. "Sabe-se que existem na Câmara perto de oito mil funcionários, mas na hora que você precisa de uma assessoria para um projeto ou um discurso, não adianta procurar, porque não se encontra ninguém." Isso é motivado, segundo a deputada, pela falta do critério de seleção do funcionalismo. "As contratações sempre foram feitas por apadrinhamentos políticos e

nunca pelo critério de concurso público", lamenta a deputada, para acrescentar que, em virtude dessa falha, o que se vê é o desperpício completo. Para poder trabalhar seus projetos, Beth Azize tem em seu gabinete um advogado, ao qual paga com a verba de gabinete (NCz\$ 4.153,00 no mês de abril, para divisão com mais cinco outros funcionários), "porque a assessoria da Câmara simplesmente não existe".

"E como se não bastasse tudo isso, temos agora o escândalo do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas), onde o espírito de corpo está caminhando para a impunidade." O ex-presidente do IPC, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), está sendo acusado do desvio de dez milhões de dólares de recursos do Instituto para uso em causa própria.

E diante de fatos como estes que Beth Azize pouco acredita na efetiva ação dos líderes no sentido de uma revisão moral do parlamento, e acha que somente a frente pode dar um novo rumo ao Congresso Nacional e à imagem dos políticos.

Da parte dos líderes, sabe-se que pelo menos o PT pretende examinar a proposta de Beth, embora com ressalvas. A ideia do deputado Luís Inácio Lula da Silva, candidato à sucessão, de devolução da parte do salário, a considerada "a mais" do que o merecido, não tem eco entre seus colegas: o deputado José Genoíno (PT-SP), por exemplo, não quer devolver os seus subsídios e representação. "A coisa não é bem essa nem é por aí que se vai resolver a moralização do Congresso", argumenta.

Antônio Arrais/AF. Brasília